



## **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**

**Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>1</sup>**

A propagação da noção de soberania alimentar nos últimos anos leva a pensar nos pontos de vista em jogo no campo de debate sobre os problemas alimentares. Deste modo, é possível identificar que a polissemia em torno da noção de segurança alimentar deixa margem para ambivalências, o que provoca descontentamentos. É nestas circunstâncias que a defesa da soberania alimentar ganha terreno, noção favorável à diversidade das agriculturas do mundo e propícia ao reconhecimento de seus múltiplos papéis. Aqui, trata-se de uma releitura da evolução dos sentidos e das concorrências em torno da segurança alimentar a fim de evidenciar as razões que conduzem a construção da noção de soberania alimentar. Ademais, as estratégias de agricultores familiares brasileiros são examinadas em termos de perspectivas de soberania alimentar.

**Palavras-chave:** segurança alimentar, agricultura familiar, desenvolvimento rural, multifuncionalidade e sustentabilidade da agricultura.

## **Disagreements on food security and food sovereignty: a study of competitive perspectives**

The spread of the notion of food sovereignty in recent years has lead specialists to think through the related points of view regarding food problems. That is why, it is possible to identify that the polysemy around the notion of food security leaves space for ambivalence, provoking discontent. Under these circumstances, the defense of food sovereignty is gaining ground as a notion that supports agricultural diversity around the world and considers its multiple roles. Thus, this paper proposes the reinterpretation of the evolution of the meanings of food safety and its diversions, so as to bring to evidence the reasons that lead to the construction of the food sovereignty notion itself. Moreover, the strategies of Brazilian family-farmers are analyzed through the perspective of food sovereignty.

**Key-words:** food security, family farming, rural development, agriculture's multifunctionality and sustainability.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ, Centro de Energia Nuclear na Agricultura – CENA) em Ecologia Aplicada, USP, Piracicaba, SP.  
Correspondência: Avenida Pádua Dias, 11, Agronomia, CEP 13418-900, Piracicaba, SP. Tel. (19) 3429 4444, ramal 205. *E-mail:* pmarques@esalq.usp.br

## INTRODUÇÃO

As crises mundiais recentes revelam uma vulnerabilidade do sistema agroalimentar em sua missão de oferecer alimentos em quantidade e qualidade para a população mundial. Em última análise, a satisfação das necessidades alimentares da humanidade está longe de ser concretizada. Deste modo, este artigo apresenta uma interpretação sobre as diferentes posições no campo de debate em torno da agricultura e alimentação, realçando as críticas e insatisfações diante de ambivalências da noção de segurança alimentar.

Trata-se então de analisar o problema sobre as razões da propagação da noção de soberania alimentar, paralelamente ao debate sobre a segurança alimentar. Nesta perspectiva, a polissemia em torno desta última noção permite pensar numa ausência de orientação inequívoca para as ações e políticas em nome da segurança alimentar. Em outras palavras, em seu nome, tanto são concebidas medidas de proteção das agriculturas locais quanto são elaboradas estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos, como será discutido ao longo deste artigo. Portanto, esta ambivalência provoca dissonâncias e imprecisões, o que, por sua vez, acarreta descontentamentos e desconfianças. É possível assim considerar a emergência da noção de soberania alimentar enquanto perspectiva que se fundamenta na salvaguarda das agriculturas locais como meio eficaz de produção de alimentos e de combate contra a fome. Com efeito, esta concepção considera estas agriculturas locais como aquelas que mobilizam profundamente os recursos naturais disponíveis, são praticadas por agricultores familiares e se orientam para uma produção alimentar destinada aos mercados regionais.

Para esta reflexão, diversos estudos realizados nos últimos quinze anos em torno das questões agroalimentares são mobilizados, tal como aquele sobre o campo de disputa em torno da noção de segurança alimentar <sup>[1]</sup> e outros efetuados recentemente no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ, Universidade de São Paulo, USP), notadamente reunidos em artigo elaborado por ocasião do centenário de nascimento de Josué de Castro <sup>[2]</sup>. Desta maneira, este texto apresenta uma releitura da evolução dos traços marcantes do debate e sentidos acerca da segurança alimentar, apontando aqueles aspectos que possam explicar os descontentamentos recentes e a crescente defesa de outra noção, aquela da soberania alimentar. Enfim, este

artigo veicula uma análise sobre as sintonias entre as estratégias dos agricultores familiares e as ideias em torno da soberania alimentar.

## O CAMPO DE DEBATE AGROALIMENTAR

### Sentidos e controvérsias em torno da segurança alimentar

A disseminação da noção de segurança alimentar ocorre nos países centrais do capitalismo no período do pós-guerra. Desta maneira, são as marcas dos conflitos armados da segunda guerra mundial que levam à construção de uma interpretação segundo a qual a terminologia militar e as estratégias de defesa destes países constituem a base inicial das formulações com vistas à segurança alimentar. A propósito, a ideia de “arma alimentar” nos parece reforçar esta concepção <sup>[3]</sup>.

Seja como for, o propósito de segurança alimentar está inscrito nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) na Europa. Aqui, trata-se de assegurar o abastecimento dos mercados alimentares europeus com uma forte sustentação da produção de alimentos considerados estratégicos e com a administração de estoques públicos alimentares, com caráter preventivo. A questão dos recursos das pessoas para permitir o acesso aos alimentos não constituía uma vertente desta concepção de segurança alimentar, pois as políticas de bem-estar social implantadas na época tendiam a responder a este tipo de problema. Ademais, este período foi ímpar em termos de crescimento econômico na Europa, o que favoreceu as políticas de pleno emprego, permitindo a absorção de agricultores que migravam para as cidades por causa da forte seletividade do processo de modernização da agricultura. Foi sob condição desta modernização acelerada que uma agricultura familiar, muito equipada e produtiva, pôde se perpetuar na França, como nos lembra Jacques Rémy <sup>[4]</sup>.

Portanto, o ponto central desta política com vistas à segurança alimentar foi assegurar uma oferta abundante e com preços reduzidos de produtos alimentares europeus, a preferência comunitária constituindo um pilar essencial desta concepção. Ao mesmo tempo, procurou-se manter uma remuneração considerada como adequada aos agricultores. A propósito, Bernard Roux <sup>[5]</sup> conclui que a exploração familiar europeia, contando com uma base fundiária relativamente estável, incorporou reconhecidamente progresso técnico, graças aos investimentos pessoais e

familiares de longo prazo, multiplicou suas relações mercantis, fortaleceu práticas tanto cooperativas para sustentar a produção, quanto sindicais para pressionar o Estado com vistas a mobilizar apoios em domínios sociais, técnicos e econômicos. Assim, uma intervenção vigorosa do Estado, sobretudo no pós-guerra, foi decisiva para conformar certo modelo de exploração agrícola, que correspondia a uma empresa familiar equipada e produtiva, ajustada ao desenvolvimento capitalista e industrial. Nestas circunstâncias, os objetivos das políticas de segurança alimentar foram plenamente alcançados, graças a esta orientação da modernização agrícola.

No entanto, esta orientação, atualmente designada como produtivista, torna-se cada vez mais contestada por seus efeitos sociais e ambientais perversos<sup>2</sup>. De fato, se a agricultura familiar pôde cumprir, com abundância, a função alimentar que lhe foi atribuída, as políticas agrícolas produtivistas levaram a inconvenientes consideráveis, tais como excedentes custosos, degradação dos recursos naturais e desaparecimento de explorações familiares marginalizadas (que desempenham, todavia, importantes papéis ambientais, territoriais, sociais e culturais).

Observando o caso brasileiro, o termo segurança alimentar – apesar de seu emprego em meios técnicos e acadêmicos já na década de 70 e 80 – foi notadamente mobilizado pelas forças que impulsionavam a transição democrática no Brasil. Com efeito, esta noção passa a ter grande repercussão e propagação quando uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) foi proposta pelo Governo Paralelo. Convém lembrar que este último constituiu uma estratégia da oposição liderada por Luiz Inácio Lula da Silva ao governo de Fernando Collor de Melo. Tratou-se de contrapor uma agenda política alternativa aos preceitos da ortodoxia liberal que guiavam o poder executivo na época. Os documentos desta proposta de segurança alimentar abraçavam ideias em torno da democratização e do acesso à cidadania, o que reforçava muito a ideia da equidade no acesso aos alimentos (o que difere, de certa maneira, daquela concepção européia inscrita na PAC). Nesta perspectiva, a visão sobre segurança alimentar torna-se muito abrangente, passando pela reforma agrária,

políticas de emprego e renda e, evidentemente, produção de alimentos.

Muitas evidências permitem acreditar que a ideia de segurança alimentar foi aquela que teve maior visibilidade entre as posições defendidas no âmbito desta estratégia de oposição. Com efeito, a deposição de Collor de Melo e a constituição do governo Itamar Franco permitiram a implantação de uma série de políticas com vistas à segurança alimentar – os programas privilegiados pelo combate à fome e miséria neste governo foram: “Leite é saúde”; “Descentralização da merenda escolar”; “Alimentação do trabalhador”; “Distribuição emergencial de alimentos no Nordeste” e; “Assentamento de trabalhadores rurais”<sup>6</sup> – inaugurando a instalação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), tal como previsto na PNSA do governo paralelo. Tratava-se de, como sugere Guilherme Delgado<sup>7</sup>, fortalecer a presença de atores da sociedade civil no processo de tomada de decisão no âmbito do Estado, procurando liberar este último de seu aprisionamento pelas forças políticas e econômicas conservadoras.

Neste quadro, o CONSEA contribui com a animação e o engajamento em torno dos comitês espalhados por todo o Brasil da Ação da Cidadania contra a fome e miséria e em favor da vida<sup>3</sup>. Ademais, a realização da primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, reforça este movimento e a adoção da noção em questão como eixo de ações em diferentes frentes com vistas à construção democrática do país<sup>4</sup>. Portanto, a proposta de segurança alimentar apresenta aqui uma faceta notável, aquela de estimular uma forte mobilização social, com vistas a uma democratização substantiva do país, representada, em primeiro lugar, pelo acesso a uma alimentação adequada.

<sup>2</sup> Estas contestações parecem pouco a pouco contribuir ao desenho dos contornos atuais do termo segurança alimentar na Europa, cada vez mais se referindo a problemas provocados pela intensificação da produção agrícola em termos de sanidade e de qualidade alimentar.

<sup>3</sup> Encabeçada por Herbert de Souza (ou Betinho), figura pública conhecida desde 1986 quando promove uma campanha para maior controle dos bancos de sangue (hemofílico e aids), perdeu dois irmãos em razão destas doenças). Antes do golpe de 1964, atuou na organização católica Ação Popular e assessorou o ministro da educação do governo de João Goulart. Com a ditadura, conheceu a clandestinidade e o exílio. Em 1979, retornou ao Brasil e criou o Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (IBASE). Betinho ainda atuou na Campanha Nacional pela Reforma Agrária e na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

<sup>4</sup> Oportuno lembrar que os temas desta conferência foram: questão agrária e desenvolvimento rural; política agrícola e de abastecimento alimentar; desenvolvimento urbano; assistência social; saúde; educação; geração de emprego e renda; participação popular e; alimentação e nutrição.

Algumas críticas endereçadas à Ação da Cidadania denunciaram seu viés assistencialista. Porém, é conveniente lembrar que, enquanto intervenção de tipo estrutural, a reforma agrária era considerada como um pilar do movimento, muito além da arrecadação e distribuição de alimentos aos mais necessitados. Contudo, é verdade também que esta vertente da reforma agrária teve muito pouca visibilidade e efetividade no movimento.

Em meio destes eventos, outra proposta de segurança alimentar é apresentada ao debate pela Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG, na época predominando o termo inglês para o que agora é denominado como agronegócio). Deste ponto de vista, trata-se de reforçar a importância do setor agroindustrial para a concretização dos objetivos de segurança alimentar. Reivindicando melhor infraestrutura e estabilidade econômica para investimentos, a ABAG leva ao campo de debate sobre a segurança alimentar os interesses dos grupos agroindustriais, oferecendo como contrapartida a ideia segundo a qual é o aumento substancial da oferta de alimentos que pode assegurar um eficaz combate contra a fome e a subalimentação. Portanto, a perspectiva aqui consiste em apostar numa oferta alimentar abundante, antes de se estabelecer outros compromissos sociais, tais como aqueles em torno da reforma agrária.

Efetivamente, esta tese pode em princípio ser identificada como produtivista, o que nos permite agora voltar ao plano internacional do debate sobre a segurança alimentar. Em 1996, quando da realização da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, a Via Campesina, organização fundada em 1992 visando representar os agricultores camponeses e familiares do planeta, negou-se a assinar o documento final do referido encontro na medida em que o considerava como muito produtivista. A Via Campesina avaliava que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos.

Esta visão propõe o privilégio das agriculturas locais em suas múltiplas vocações (sociais, ambientais e culturais) enquanto eixo fundamental para a busca de soluções com vistas a uma alimentação adequada de qualidade. Nesta perspectiva, a bandeira da soberania alimentar passa a ser desfraldada por todo o planeta, como será visto na sequência. Desde já, convém sugerir as proximidades entre a noção de soberania alimentar e as ideias forjadas no debate sobre a multifuncionalidade da agricultura, cuja força maior consiste em insistir

sobre os diferentes papéis da atividade agrícola e do mundo rural, muito além de uma função produtiva da agricultura, subordinada ao desenvolvimento industrial [8,9,10].

Neste campo de debate, a ideia do direito à alimentação adequada se difunde nos fóruns internacionais sobre a alimentação, permitindo distinguir igualmente diferentes posições. Inscrita na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, esta perspectiva favorece, em princípio, uma concepção segundo a qual a alimentação adequada se associa a dimensões étnicas e culturais, o que leva a pressupor a validade de medidas protecionistas e de apoio às agriculturas locais. Porém, esta ideia está longe de forjar um consenso. De fato, a posição produtivista supõe e propaga a ideia de que o comércio internacional de alimentos constitui o fator chave para a segurança alimentar e mesmo para o direito à alimentação. Nesta linha de raciocínio, o desenvolvimento sem entraves do comércio internacional de produtos agrícolas favorece a redução dos preços dos alimentos, o que já satisfaz os requisitos de segurança alimentar e de direito à alimentação.

No entanto, os desequilíbrios internacionais são tamanhos que, depois de muitos anos de medidas anti-protecionistas (mais efetivas no Sul do que no Norte) e em favor do comércio internacional, é possível constatar um aumento incessante da produção alimentar mundial, que não é acompanhada, todavia, de uma melhor alimentação para grande parte da população mundial [11]. Para se ter uma ideia, apenas 10% das metas de combate contra a subalimentação, estabelecidas em Roma em 1996, foram atingidas dez anos depois. As crises recentes levam a novos cálculos: segundo dados da *Food and Agriculture Organization* (FAO) [12], o número de pessoas em situação de insegurança alimentar passou nos últimos três anos de 850 milhões para um bilhão de indivíduos. Efetivamente, estes números refletem, sobretudo, os casos dos países mais pobres do mundo, situados na África, Ásia e América Latina e Caribe: a instabilidade econômica e as flutuações dos preços dos alimentos fustigam mais forte em razão das limitações crescentes dos instrumentos nacionais de regulação em ambiente de economia aberta. No Brasil, se o déficit alimentar diminui, tal como mostram os últimos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, a progressão da obesidade pode revelar outra dimensão do problema: a mudança de hábitos alimentares mais locais e, geralmente, mais equilibrados, para uma alimentação mais industrializada com alto poder calórico (em boa medida, “calorias vazias”).

## A construção da noção de soberania alimentar

As margens para ambivalências em torno da noção de segurança alimentar favorecem, segundo nossa interpretação, a concepção e disseminação de um termo que permita estabelecer um alicerce mais consistente para a defesa de políticas favoráveis às agriculturas familiares em seus diferentes contextos com vistas ao enfrentamento das questões alimentares. Assim, nesta parte do texto, são examinadas distintas mobilizações de ideias em torno da “soberania alimentar”.

Como lembrado anteriormente, o direito à soberania alimentar foi muito difundido a partir de 1996 pela Via Campesina, com outras associações contrárias à tendência de total liberalização do comércio internacional no campo agroalimentar. A declaração do Fórum de Organizações Não Governamentais (ONGs) ocorrida em Roma no referido ano apontava para as seguintes ideias: uma prioridade para a produção agrícola local para alimentar a população, com medidas para favorecer o acesso ao fundiário dos agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como para assegurar o acesso à água, às sementes e ao crédito; o livre acesso às sementes; a salvaguarda da água enquanto bem público a ser repartido sustentavelmente; o direito dos Estados em proteger suas agriculturas das importações agrícolas e alimentares com baixíssimos preços e em favorecer uma produção camponesa sustentável; a participação das populações nos processos de tomada de decisão. Todas estas ideias se associam com aquela segundo a qual o reconhecimento dos direitos dos agricultores (ou camponeses) desempenha um papel maior na produção agrícola e na alimentação.

Convém aqui apresentar a ideia de que esta defesa da agricultura camponesa não nos parece corresponder a um regresso ao passado, como muitos apressadamente poderiam pensar. Em outra ocasião <sup>[13]</sup>, sugerimos que se trata de uma refundação do termo camponês, o que permite conceber uma retomada de certos valores do passado, para contestar os descompassos do presente e, afinal, para reconstruir o futuro. De fato, a ideia permite veicular concepções compatíveis com a modernização da sociedade, ao mesmo tempo em que realça os inquietantes perigos dos caminhos percorridos.

A propósito desta defesa da agricultura camponesa, convém mencionar que, para Jacques Capdevielle <sup>[14]</sup>, um corporativismo camponês pode ser saudável e obter apoios vigorosos na sociedade. De

maneira muito pertinente, este autor considera que a defesa de uma profissão, como seria aquela dos agricultores (ou camponeses), constitui uma forma clara e imediata de agir, tratando-se, de certo modo, de uma resistência à desregulamentação do sistema econômico e social, sob o discurso de uma supremacia do mercado.

Neste sentido, a ação corporativista da Via Campesina – cujos membros no Brasil são notadamente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) – ocorre em torno da ideia de uma cidadania mundial, a noção de soberania alimentar se associando à solidariedade internacional. Por exemplo, no caso de uma das organizações das mais ativas no seio da Via Campesina, a *Confédération Paysanne* francesa, as posições soberanistas se afastam claramente de ideias xenóforas.

Oportuno agora mencionar que a defesa da soberania alimentar não se limita às organizações próximas à Via Campesina. De fato, a crise alimentar de 2008, ao desencadear uma profusão de críticas e propostas diante do problema agroalimentar, reforçou a noção. Este fortalecimento pode, por exemplo, ser observado em textos de um autor engajado no estudo e no desenvolvimento da agricultura orgânica. Defendendo nitidamente a ideia de soberania alimentar, Miguel Altieri <sup>[15]</sup> considera que esta crise sem precedentes no sistema alimentar global revela os riscos e ameaças profundas contra a segurança alimentar de milhões de pessoas. Para o autor, tal situação de crise é o resultado direto do modelo industrial de agricultura, pois, além de não se mostrar capaz de suprir as demandas em alimento da humanidade, asfixia os “serviços ecológicos” dos quais a população humana é dependente (ciclos de água, polinização, solos férteis, estabilidade do clima, etc.). A degradação dos tais serviços ecológicos é concomitante à expansão das monoculturas intensivas, cujas externalidades socioambientais negativas são extremamente negligenciadas. Nesta linha de raciocínio, este autor acentua as contradições em torno da dependência em petróleo da agricultura moderna, industrial e capitalista, cujas lógicas, aliás, favorecem uma reorientação produtiva do cultivo de alimentos para aquele de agrocombustíveis.

Como resposta a estes danos, Altieri <sup>[16]</sup> propõe um paradigma alternativo de desenvolvimento agrícola, redesenhado a partir de sistemas alimentares mais equitativos e viáveis para agricultores e

consumidores. Nesta perspectiva, o livre comércio sem controle social, fundado no poder das multinacionais e em modelos agroexportadores, é o principal mecanismo que expulsa os agricultores de suas terras e é o principal obstáculo para alcançar desenvolvimento e segurança alimentar local. A soberania alimentar é apresentada então como única alternativa viável para o sistema alimentar em colapso.

Esta proposta de soberania alimentar enfatiza os circuitos locais de produção-consumo – ou os circuitos curtos alimentares<sup>5</sup>, tal como designa Gilles Maréchal [17] – e ações organizadas para obter acesso à terra, água ou agro-biodiversidade. Tais recursos fundamentais devem ser controlados pelas comunidades – tal como numa perspectiva de gestão social do fundiário [18], apoiada em instrumentos de ordenamento fundiário<sup>6</sup> – para conseguir produzir alimentos com métodos agroecológicos. Por outro lado, a ideia de uma aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica. Os consumidores devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais. Esta multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo, no fim das contas, mais produtivas que as grandes monoculturas. Ademais, as comunidades rurais diversificadas e ancoradas na agricultura familiar apresentam economias mais saudáveis e menores problemas sociais.

A soberania alimentar é igualmente defendida em documentos do movimento *Slow Food*, que merece destaque aqui pelo seu crescimento e formas de ação. Difundida por seus convívios locais<sup>7</sup>, a ideia de que o ato alimentar deva ser considerado também um ato agrícola é muito fecunda. Presidente do *Slow Food*

Internacional, Carlo Petrini [19] sugere que os prazeres da mesa se multiplicam com o conhecimento que os alimentos podem nos proporcionar. Assim, a procedência, o modo de produção ou as características produtivas que conformam as propriedades organolépticas dos alimentos constituem aspectos que enriquecem o sabor. Portanto, saber e sabor tornam-se um par indissociável para uma gastronomia apurada.

Esta ecogastronomia, termo também disseminado no seio do movimento, funda-se então na diversidade de ingredientes, promovendo a biodiversidade alimentar e a pluralidade das culturas culinárias. Mesmo se um conhecimento abrangente de alimentos e cozinhas deva explorar o conjunto do planeta, é o terreno local que deve ser antes de tudo objeto de profundo respeito e mobilização gastronômica. Nesta ótica, a ética em gastronomia se funda em escolhas que possam contribuir com a preservação do meio-ambiente e a valorização das práticas agroalimentares locais, o que favorece uma agricultura diversificada, justa e, portanto, sustentável. Desta maneira, o resgate dos significados sociais, ambientais e culturais está na ordem do dia do movimento: o sentido atribuído à alimentação constitui um desafio maior para recriar os laços com a terra, com os seres vivos, com a água, com a agricultura e com o território. Nesta linha de posicionamento, o movimento se engaja em ações de realocação da produção alimentar, o que permite a reapropriação da soberania alimentar pelos atores dos distintos territórios.

Outro defensor da soberania alimentar, Marc Dufumier, em seus estudos de agricultura comparada [20], insiste sobre os desgastes da agricultura industrial e produtivista e sobre as vantagens de uma agricultura familiar ou camponesa, cujos sistemas de produção são aqueles mais inspirados e próximos da agroecologia, conformando-se às exigências do desenvolvimento sustentável. Nesta medida, o autor conclui que a proteção tarifária de suas agriculturas é um direito essencial dos países, em particular os mais pobres, com vistas a oferecer vida e trabalho dignos, o que pressupõe a reconquista da soberania alimentar, pilar de um desenvolvimento sustentável. A propósito, Dufumier lembra que, aproximadamente, 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no planeta pertencem a famílias agricultoras pobres. Portanto, a proteção e apoio a esta agricultura permitiria maior estabilidade produtiva, assegurando alimento e renda para grupos sociais vulneráveis. Ademais, trata-se de uma solução que favorece a preservação de hábitos alimentares locais, fundados nos

<sup>5</sup> Gilles Maréchal revela uma diversidade de formas de acesso ao alimento que poderiam ser inscritas no quadro dos circuitos curtos alimentares, desde as mais tradicionais, como as feiras de produtores, até aquelas inovadoras tais como as redes de consumo solidário que mobilizam tecnologias de informação e comunicação. Nos anos recentes, estas modalidades de circuito curto voltam a se disseminar, em paralelo ao debate sobre a alimentação e agricultura sustentáveis.

<sup>6</sup> As Sociedades de Ordenamento Fundiário e Estabelecimentos Rurais (SAFER), na França, constituem um exemplo dos mais fecundos para refletir sobre uma gestão compartilhada do Estado com a sociedade de um recurso raro e não reproduzível, como a terra, com vistas a alcançar os objetivos do desenvolvimento rural. De tal maneira, estes últimos balizam as escolhas em torno da transmissão do patrimônio fundiário e não, exclusivamente, as sinalizações do mercado.

<sup>7</sup> A ideia de batizar desta forma os grupos locais espalhados pelo mundo faz referência aos prazeres do encontro e das relações conviviais em torno da mesa e da alimentação.

recursos produtivos disponíveis e valorizando a diversidade cultural e biológica em torno do alimento. Nos casos de países muito industrializados, o desafio consiste em repensar o papel da agricultura e do rural no desenvolvimento. O debate contemporâneo sobre a ruralidade permite rever a banalização da agricultura e a homogeneização do ambiente rural para considerar os trunfos das atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas como meio de integração social, geração de trabalho criativo e reinvenção da qualidade de vida, reinvenção fundada nas ideias em torno da sustentabilidade [9,21].

Com efeito, os debates atuais em torno da sustentabilidade, tais como aquele sobre o aquecimento global ou a perda de biodiversidade, levam a conclusões favoráveis às ideias de soberania alimentar. Mobilizadoras da biodiversidade em seus sistemas produtivos, as agriculturas locais, menos intensivas em insumos industriais (notadamente aqueles dependentes do petróleo) e cujo escoamento de seus produtos não implica em grandes deslocamentos, apresentam trunfos consideráveis para soldar este vínculo entre sustentabilidade e soberania alimentar.

## **ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PAULISTA E A SOBERANIA ALIMENTAR**

Após tratar do incremento da defesa de soberania alimentar, convém discutir em que medida tal noção favorece posições de agricultores familiares engajados em lutas por reconhecimento de seu papel. Nesta perspectiva, é pertinente examinar estratégias da agricultura familiar, estudadas no âmbito de investigações recentes realizadas no Vale do Ribeira e no município de São Pedro, ambos no Estado de São Paulo.

Assim, vale inicialmente lembrar que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar se legitimam, notadamente, pela ideia de reforço ao mercado interno de alimentos. Os documentos do principal programa brasileiro de apoio à agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) realçam recorrentemente seu papel alimentar: por exemplo, no início do programa em 1996, estes textos oficiais estimavam a considerável dimensão da produção familiar em termos alimentares, responsável por 87% da oferta de mandioca, 79% de feijão e 69% de milho [22].

Nos estudos sobre a agricultura familiar paulista mencionados acima, é possível considerar que as ideias em torno da soberania alimentar correspondem, em grande medida, às estratégias de agricultores familiares engajados em valorizar e promover suas iniciativas. Em São Pedro, agricultores familiares constituíram uma cooperativa (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro – COOPAMSP), o que lhes oferece um meio dos mais vantajosos para o escoamento do leite, seu principal produto. A ação coletiva favoreceu a instalação de um laticínio que distribui a maior parte de seus produtos nas localidades vizinhas. Trata-se de um produto territorial, na medida em que a matéria-prima, os agricultores e sua organização social estão fortemente ancorados num território específico de produção. De fato, o repensar mencionado anteriormente sobre a qualidade de vida no mundo contemporâneo poderia favorecer uma disseminação, tal como sugere Bernard Pecqueur [23], de produções e bens territoriais. Estes últimos podem se constituir em trunfos para o desenvolvimento numa perspectiva sustentável na medida em que eles se ancoram em especificidades territoriais e tipicidades locais (portanto, em serviços e produtos mais adaptados em termos ecológicos e culturais), diante de uma globalização homogeneizante.

Parte dos agricultores da cooperativa realiza também uma comercialização direta de seus produtos na feira do produtor de São Pedro. A venda direta pode representar múltiplos benefícios, apresentando um interesse tanto para os consumidores quanto para os agricultores. A propósito, Gilles Maréchal [17] assinala, entre outras vantagens, a constituição de um laço de confiança entre as duas partes diante dos riscos alimentares e o reconhecimento do papel dos agricultores, que podem melhor valorizar seus produtos.

No quadro da pesquisa “Dinâmicas da agricultura familiar em Piracicaba e região: estudo de processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção” (apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), foram entrevistados vinte e quatro consumidores da referida feira, que ocorre todos os sábados (quando é mais frequentada) e na quarta-feira. Apesar do preço dos produtos justificarem sobremaneira a escolha pelos alimentos oferecidos na feira (63% dos entrevistados mencionam este fator), outras justificativas revelam diferentes disposições favoráveis à produção local de alimentos e ao conhecimento das formas de cultivo e do perfil dos produtores. Os alimentos comercializados neste local

são considerados mais saborosos e sua qualidade é avaliada como superior ao que se pode encontrar nos supermercados. Os consumidores confiam nos agricultores, julgando seus produtos mais saudáveis que os produtos industrializados ou aqueles encontrados na grande distribuição.

Evidentemente, estes resultados não correspondem à visão predominante sobre os alimentos no Brasil, ainda menos no Estado de São Paulo, tal como indicam muitos estudos pertinentes<sup>8</sup> [24,25], mas revela que a industrialização intensa da agricultura e da alimentação do estado mais industrializado do país não asfixiou por completo uma concepção de qualidade que reconhece o papel de uma agricultura cuidadosa para a produção de alimentos saudáveis e saborosos. O debate sobre a soberania alimentar reforça efetivamente estas referências de qualidade alimentar ancoradas em formas mais sustentáveis de produção e na procedência mais local dos produtos, permitindo revalorizar a atividade agrícola.

Por outro lado, a investigação “Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural no Vale do Ribeira”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), destacou, em particular, estratégias visando o reconhecimento de direitos das comunidades quilombolas. Esta reflexão permitiu retomar ideias de Josué de Castro [26] que considerava, no contexto do Nordeste açucareiro, o cultivo alimentar dos negros escravos como uma benção contra a propagação da fome em meio à monocultura canavieira.

Nos dias de hoje, no Vale do Ribeira, dirigentes quilombolas comparam a agricultura industrial produtivista com aquela praticada em suas comunidades. Paralela ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, certa revalorização de suas práticas lhes permite conceber que a agricultura e a alimentação quilombolas podem contribuir com a reflexão sobre a qualidade em torno da mesa [2]. Trata-se efetivamente de uma reviravolta considerável:

---

<sup>8</sup> Convém lembrar que, no mundo atual (e particularmente no Brasil), é a concepção de qualidade alimentar dos gigantes da distribuição e do setor agroindustrial que constitui a principal referência para a escolha dos consumidores. Deste modo, são os pujantes meios publicitários das grandes empresas de supermercados e da indústria alimentar que conferem uma qualidade superior às suas marcas comerciais. Aqui, o modo de produção agrícola ou a origem do alimento são apagados completamente da memória dos produtos.

esquecidos ao longo de muitos anos dos projetos de desenvolvimento do Vale do Ribeira por serem considerados como inaptos para contribuir com a modernização da região [27], o papel destes descendentes de escravos passa por uma re-significação: tornam-se guardiões da natureza, capazes de promover práticas agroalimentares menos agressivas, em circunstâncias que se inscrevem, com efeito, numa perspectiva de soberania alimentar.

Ainda no Vale do Ribeira, a pesquisa mencionada acima permitiu igualmente examinar a implantação do Circuito Turístico da Agricultura Familiar de Cananéia. Fundada na revalorização da atividade agrícola e da cultura caiçara, tal iniciativa abarca notadamente experiências agroflorestais e gastronômicas, permitindo sua ancoragem na diversidade de saberes e sabores da Mata Atlântica<sup>9</sup>. Esta perspectiva de reconhecimento do papel alimentar, ambiental, social e cultural da agricultura familiar local se inscreve igualmente no quadro de construção da noção de soberania alimentar.

## CONCLUSÃO

O campo de debates sobre as questões agroalimentares conhece o crescimento de uma série de ideias, de valores e de propostas em nome da soberania alimentar. Tal ebulição do pensamento se associa estreitamente com as insatisfações provocadas por ambivalências em torno de concepções e projetos visando promover a segurança alimentar.

Em fim de contas, a polissemia do termo “segurança alimentar” deixa muita margem para interpretações muito distintas no que se refere à implantação de medidas de combate contra a fome ou à concepção de uma alimentação adequada. Em muitas destas concepções, as agriculturas locais – familiares, diversificadas, voltadas à produção alimentar e à comercialização regional – são negligenciadas enquanto propulsoras de soluções eficazes de satisfação alimentar. Desta forma, muitas críticas se dirigem ao descaso com as condições de vida e de produção da maior parte das famílias agricultoras do mundo, que constituem o grupo social mais afetado pela insegurança alimentar. De todo modo, o termo

---

<sup>9</sup> A propósito, as ameaças pesando sobre a biodiversidade provocam iniciativas, tais como o estabelecimento pela UNESCO do Ano Internacional da Biodiversidade, em 2010, com vistas a incitar uma reflexão profunda sobre os efeitos devastadores da vida moderna. A contribuição da agricultura e da alimentação para a redução considerável desta diversidade está no centro das inquietações.

segurança alimentar predomina nos fóruns internacionais em torno das questões agroalimentares, notadamente aqueles organizados pela FAO.

Em contrapartida, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências marcadamente ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares. Nesta ótica, a noção em questão favorece a mobilização inovadora, fecunda e integrada de temas tais como agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura ou desenvolvimento territorial.

## REFERÊNCIAS

- [1] Moruzzi Marques PE. Segurança Alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de *Agribusiness* no campo de disputa e produção ideológica [dissertação]. Rio de Janeiro: CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; 1996.
- [2] Moruzzi Marques PE, Narezi G, Chahim CB. *Communautés quilombolas et agriculture de subsistance*. In: Bué A, Plet F, orgs. *Alimentation, environnement et santé: pour un droit à l'alimentation*. Paris: Ellipses; 2010.
- [3] Bertrand JP, Blanchet J, Revel A, Roger C. *Le pouvoir alimentaire mondial en question*. Paris: Economica; 1997.
- [4] Rémy J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. *Est Soc Agric*. 2005;12(1).
- [5] Roux B. L'agriculture familiale em Europe: une perspective historique. In: Haubert M, editors. *L'avenir des paysans*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF); 1999. p. 29-43.
- [6] Peliano AMM, Beghin N. Cinco Programas contra a fome e a miséria. *Revista Ciência Hoje*. 1994; 17(100).
- [7] Delgado G. *Parceria Governo-Sociedade no Combate à Fome: Avaliação e Sugestões*. Brasília: IPEA; 1994.
- [8] Carneiro MJ, Maluf R. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ/Nead/Mauad X; 2003.
- [9] Moruzzi Marques PE, Lacerda TFN. *Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes*. *Economie Rurale*. 2009;313-314:55-66.
- [10] Cazella A, Bonnal P, Maluf R, org. *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; 2009.
- [11] Berthelot J. *L'agriculture: talon d'Achille de la mondialisation*. Paris: L'Harmattan; 2001.
- [12] Food and Agriculture Organization. *L'état de l'insécurité alimentaire dans le monde 2009: crises économiques; répercussions et enseignements*. Roma: FAO; 2009.
- [13] Moruzzi Marques PE, Bleil SI. A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. *Estud Soc Agric*. 2000;15:158-177.
- [14] Capdevielle J. *Modernité du corporatisme*. Paris: Presses de Sciences Po; 2001.
- [15] Altieri M. A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroléira". Agência Carta Maior [acesso em 05 maio 2008] Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm>
- [16] Altieri M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE; 1989.
- [17] Maréchal G. *Les circuits courts alimentaires*. Dijon: Educagri édition; 2008.
- [18] Comitê Técnico Foncier et Développement. *Governança fundiária e securização dos direitos nos países do Sul: livro branco dos atores franceses da Cooperação (síntese)*. Nogent Sur Marne: Foncier&développement; 2008.
- [19] Petrini C. *Bom, propre et juste: éthique de la gastronomie et souveraineté alimentaire*. França: Édition Yves Michel; 2006.
- [20] Dufumier M. *Agricultures et paysanneries des Tiers mondes*. Paris: Karthala; 2004.
- [21] Ferreira, ADD, *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. *Est Soc Agric*. 2002;18:28-46.
- [22] Moruzzi Marques PE. *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir) [doutorado]*. Paris: Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Université Paris III; 2002.
- [23] Pecquer B. *Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés*. *Economie Rurale*. 2002;261:7-49.
- [24] Lacombe P. *L'agriculture à la recherche de ses futurs*. Paris: éditions de l'Aube et Datar; 2002.
- [25] Moruzzi Marques PE, SILVEIRA MA. *Initiatives autour de la caféiculture familiale: une étude sur l'émergence de nouvelles représentations de qualité et sur les dynamiques territoriales dans le sud de Minas Gerais/Brésil. Deuxièmes journées de recherches en sciences sociales*, Lille: INRA-SFER-CIRAD; 2008.

[26] Castro J. A geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço. Primeira edição 1946. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2001.

[27] Queiroz RS. Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2006.